



Revista de Políticas Públicas da UFPE, Recife/PE, v. 11, n. 2, ano 2026. ISSN-e 2595-5535

LUIZÃO: AFIRMANDO A IDENTIDADE E TRANSGREDINDO NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO

Edson Silva¹

Nos ensinam a crer que a dominação é “natural”, que os fortes e poderosos têm o direito de governar os fracos e impotentes. O que me espanta é que, embora tanta gente afirme rejeitar esses valores, nossa rejeição coletiva está longe de ser completa, visto que eles ainda prevalecem em nossa vida cotidiana.

Bell Hooks, 2017.

Em Arcoverde a fome tem nomes e cor...

Março de 2020. Antes do confinamento imposto pela pandemia da Covid-19. Nos primeiros dias morando em Arcoverde, em licença para estudos, por diversas vezes fui ao centro comercial comprar vários acessórios destinados aos inúmeros consertos e adaptações na casa alugada, sabendo depois que essa estivera fechada por cerca de oito meses. Circulando pelas ruas, entre uma casa comercial e outra, também buscando conhecer mais a cidade, pude observar as pessoas, os comportamentos, as atitudes.

Chamou bastante a minha atenção os ares da cidade, de querer ser “quase metrópole”. Na avenida principal há muitas lojas de artigos finos: tecidos, cosméticos, louças, variadas boutiques. E seja numa padaria, numa casa de vendas de material de construção ou em uma loja de utilidades domésticas, observava as muitas mulheres sempre com roupas “alinhadas”, cabelos impecavelmente arrumados, via de regra pintados para esconder os fios brancos, o porte de “madame” com bolsas caras, sapatos de meio salto, aparentemente de custo alto. Somente faltavam luvas de renda francesa!

Essas mulheres estavam prontas para uma festa! Parecendo, possivelmente membros das chamadas “famílias tradicionais”, pois além de transitarem com desenvoltura

¹ Professor Titular de História da Universidade Federal de Pernambuco. Leciona no Centro de Educação/Col. de Aplicação/UFPE. Professor no PROFHISTORIA/UFPE e no Programa de Pós-Graduação em História na UFRPE. E-mail: edson.edsilva@hotmail.com

no interior das lojas, pairava um certo “clima de respeito” em relação às citadas senhoras, que ao se aproximarem, as pessoas se afastavam, num “abre alas” para elas passarem. E quando se dirigiam aos/às funcionários/as das lojas com intimidade, eram prontamente ouvidas e atendidas.

Todavia, na cidade fui descobrindo muitos outros ambientes, diversos comportamentos e diferentes atitudes. Em uma das incursões fui ao Centro Comercial Regional de Arcoverde - CECORA, o movimentadíssimo centro regional para compras de frutas, verduras e utilidades domésticas, contando ainda com locais para a vendas de comidas para os/as feirantes e visitantes, pequenos botecos, uma feirinha de roupas e produtos do arte popular local. Enfim, uma grande feira, como também um ambiente muito importante para quem desejar conhecer mais o local e as pessoas na/da cidade.

Caminhando por uma das várias ruelas do citado local, encontrei um homem negro e forte se debatendo, quase caindo de um “banco de praça”, ao lado da referida feirinha. O homem sem camisa, somente de bermuda e sujo, tremia muito, enquanto da boca escorria muita espuma. Seria um ataque epiléptico? Ao socorrê-lo, pedi ajuda aos/às comerciantes nas barracas da feirinha, que observavam a cena estáticos/as.

Ouvindo um deles dizer que o homem estava “endemoniado”, refutei a afirmação, enquanto o amparava, impedindo-o que caísse do banco e conseguindo deitá-lo. A crise passou em cerca de cinco minutos e pouco a pouco o homem foi se recobrando, envergonhado, tímido. Indagado se estava se sentindo bem, respondeu sim e que estava com muita fome. Os/as feirantes próximos/as, de seus lugares nas barracas assistiram a tudo impassíveis. Perguntados onde vendia comida, recebi uma ou outra resposta vaga.

Procurando onde eram comercializados alimentos prontos para refeições, foram encontrados muitos box, todavia apenas com petiscos para os poucos bêbados frequentadores. Depois de uma boa caminhada pelas ruelas do local, em um box onde duas mulheres faziam almoço, explicada a situação, foi adquirida uma “quentinha” e também comprado um suco. De volta ao local, vi que o homem permanecia esperando no banco, de cabeça baixa, envergonhado, como querendo se esconder do mundo.

De pronto recebeu a comida oferecida e de forma muito apressada pegou o recipiente, comendo com as mãos em grandes porções de carne, arroz e feijão, que lhe escorriam pelos dedos. Mal conseguia beber o suco! Uma situação bastante preocupante para que não se engasgasse, afinal há pouco tempo enfrentara uma possível crise epiléptica. Sugerindo que comesse mais devagar, o homem me olhou e foi se acalmando. Depois de ter comido uma boa parte, foi perguntado como se sentia. Respondeu que há mais de três

dias não comia e estava bastante faminto.

Enquanto os/as feirantes continuavam apenas observando a cena, pois possivelmente a situação era rotineira e naturalizada para aqueles/as que presenciavam, surgiram dois homens negros, aparentemente seguranças do CECORA. Muito gentis, foram solidários e cordiais comigo e com o homem, inclusive se dispondo a levá-lo ao sanitário para fazer a higiene, uma vez que estava com visíveis sinais de sujeira e também de comida pelo corpo e na pouca roupa que vestia.

Após os agradecimentos do homem socorrido e as recomendações aos seguranças, segui em frente, para continuar nas aquisições de frutas e verduras. Comentando a situação vivenciada em um dos locais onde fazia as compras, ouvi que o homem (chamado “José”) fora professor (de Física ou Matemática) e em razão da doença (epilepsia) foi abandonado pela família, deixado pelos filhos, passando a perambular nas ruas da cidade e no CECORA.

A situação relatada me fez lembrar de outra: Ainda nos primeiros dias de estada em Arcoverde, caminhando no centro da cidade, observei muitas pessoas com seus pertences nas ruas, no entorno da Praça Bandeirante. Naquela mesma semana, recebendo um caloroso e gentil convite de amigos/as na cidade para um encontro à noite em um dos muitos bares/restaurantes próximos à referida praça, indo com alegria para encontrá-los e conhecer mais sobre a cidade e a vida noturna, durante o tempo no local, percebi quantas pessoas estavam pedindo esmolas!

Pessoas em situação de rua, mães esqueléticas com bebês de colo, crianças, pessoas idosas, a maioria negra, todas pedindo dinheiro e comida. Reconheci algumas delas, pois estavam durante o dia sentadas nas ruas próximas com sacolas, sacos e uns poucos pertences. Tudo muito chocante para uma cidade com “ares de metrópole”, de tanta gente metida, mas com muito empobrecimento e miséria. Em Arcoverde a fome tem nomes e cor: são negros os “endemoniados” e zumbis vagando, inquirindo e assustando os/as que se acham tão bem “cosmopolitas”.

Indígenas, quilombolas, negros e ciganos na região de Arcoverde

Os povos indígenas próximos ao município de Arcoverde, os Xukuru do Ororubá (Pesqueira e Poção); os Xukuru de Cimbres (Alagoinha, Pedra, Pesqueira e Venturosa); os Kapinawá (Buíque, Tupanatinga e Ibimirim); os Kambiwá (Ibimirim e Inajá); e os Tuxá (Inajá), habitam o Agreste e Sertão, o atual Semiárido pernambucano. Essa é a região das pesquisas arqueológicas nos sítios Peri-Peri e Tubarão, em Venturosa; no sítio Alcobaça, em

Buíque; e no Vale do Catimbau, entre Buíque, Ibimirim e Tupanatinga, que evidenciaram a existência, há milênios, de vários grupos humanos, numa região de caatinga, com poucas chuvas, longas estiagens e secas periódicas, rios e riachos intermitentes, na maior parte com solos rasos e pedregosos que limitam os recursos naturais disponíveis.

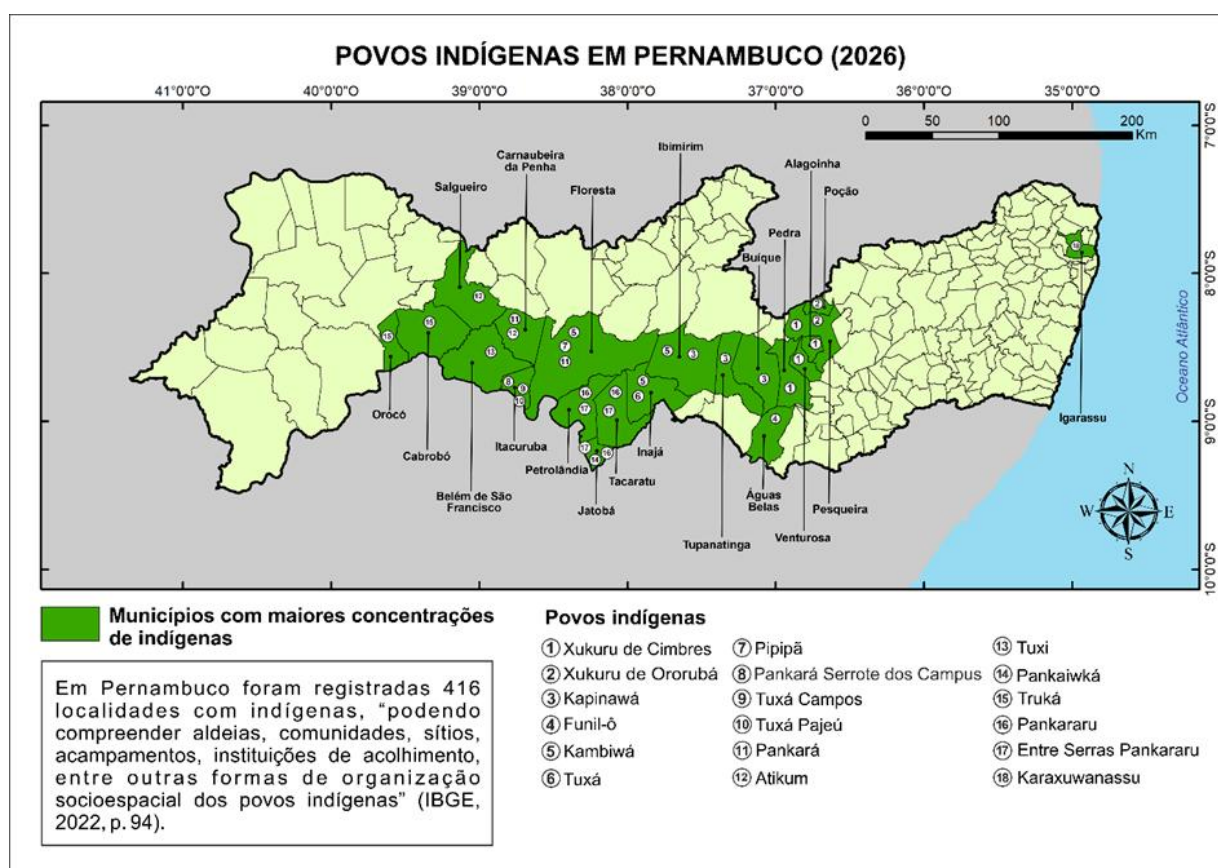
Essa região, historicamente, desde a colonização portuguesa, é cenário de muitos conflitos com invasores, na maioria fazendeiros, ocorrendo disputas pelos territórios onde estão as fontes de água, garantindo a vida para os humanos, animais e plantas. As áreas com matas serranas, como a Serra Negra e a Serra do Ororubá, localidades com os chamados brejos de altitude, lugares úmidos com cobertura vegetal volumosa e há milênios densamente povoados, concentram os maiores índices anuais de chuvas e fontes de água. Nesses brejos nascem riachos, irrigando os sopés das serras e seguindo em direção ao rio São Francisco. São áreas também agricultáveis, com as lavouras para o consumo, plantadas pelos indígenas, e os excedentes de frutas e verduras abastecem as feiras de cidades como Ibimirim, Arcoverde e Pesqueira.

As terras irrigadas dos brejos possibilitam a produção de alimentos, abastecendo essas feiras. Os alimentos que vão para as mesas no Semiárido são, na maioria, das lavouras dos indígenas, quilombolas e comunidades negras habitantes nos brejos, de onde também provém águas para as cidades vizinhas. A riqueza dos brejos, com terras férteis e irrigadas em meio às caatingas, provou a cobiça dos colonizadores que, após meados do Século XVII, seguindo os cursos dos rios desde o litoral, invadiram os territórios indígenas, transformando-os em fazendas para a criação de gado.

Os povos indígenas no Semiárido pernambucano, que foram chamados de “caboclos”, relatam como ocorreram as invasões sistemáticas dos territórios habitados; e com a decretação da extinção dos aldeamentos, muitas famílias migraram para terras de outros aldeamentos, também oficialmente declarados extintos. Muitas famílias indígenas engrossaram o grande contingente de mão de obra espalhado pelas regiões vizinhas às aldeias, ora trabalhando nas fazendas, como moradores, agregados, sem terras, ora trabalhando no cultivo sazonal da cana-de-açúcar na Zona da Mata nordestina, ora ainda vagando pelas estradas. Sem a terra e sem um teto, foram habitar nas periferias dos centros urbanos próximos, como Arcoverde. O Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 2022 contabilizou 511 indígenas em Arcoverde. Muitos indígenas também migraram para as capitais do Nordeste e do Sudeste do país, principalmente para São Paulo e Rio de Janeiro.

Contudo, famílias indígenas resistiram às pressões nos antigos locais de moradia, ou às vezes nas proximidades, em lugares de difícil acesso. E a partir das relações e vínculos - por casamentos ou moradias em terras comuns - estabelecidos com outros grupos de marginalizados (negros e brancos pobres) pelo sistema social vigente, e das relações socioculturais onde estavam inseridos, reelaboraram a identidade étnica afirmada pelos atuais povos indígenas em Pernambuco.

Classificados como “remanescentes de índios”, oficialmente chamados de “caboclos”, sobre ele foram dedicados estudos, dos seus hábitos e costumes considerados exóticos, das danças e manifestações folclóricas em vias de extinção, como também foram citados em publicações, crônicas de memorialistas exaltando de forma idílica a contribuição indígena nas origens e na chamada formação social dos municípios no interior, como Arcoverde, Floresta, Ibimirim.



Edson Silva, 2026 (inédito)

Apesar de conhecidos como “caboclos” pelo senso comum nos lugares onde existiram antigos aldeamentos, o “caboclo” permaneceu “índio”, questionando as visões preconceituosas, as teorias explicativas do suposto desaparecimento indígena, isso porque vários povos indígenas no Nordeste, “invisíveis” desde fins do Século XIX, teceram uma

história de resistência, afirmando as identidades étnicas a partir das primeiras décadas do Século XX. Com as pressões pelo avanço do latifúndio sobre as pequenas propriedades, sítios e glebas de terras onde permaneceram resistindo, os indígenas mobilizam-se para exigir a demarcação de terras e o reconhecimento de direitos.

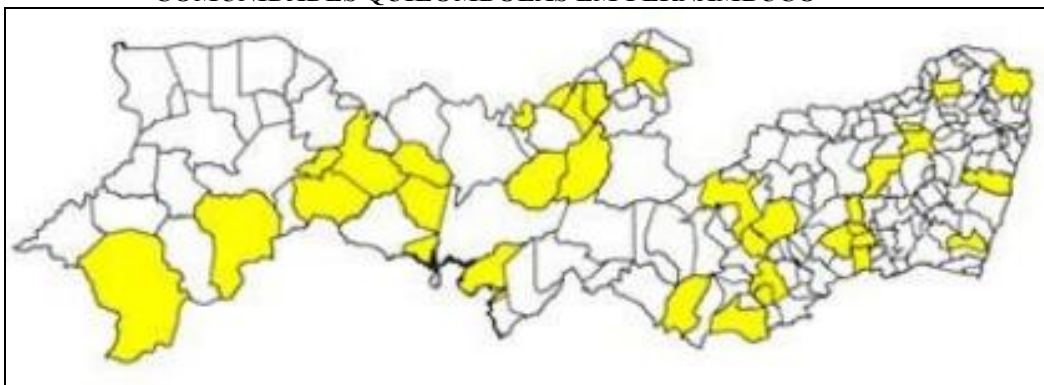
A escravidão negra na atual região de Arcoverde, no Semiárido pernambucano, ocorreu após as simultâneas invasões coloniais portuguesas nos sertões de Pernambuco e Angola, na África. Com o tráfico de escravizados dos sertões de Angola para os sertões de Pernambuco, entre 1750 e 1808, ocorreu o trânsito de pessoas, de expressões socioculturais e produtos da mão de obra negra escravizada. De Angola, além de escravizados negros, foram trazidos marfim, cera de abelha e ferro. E de Pernambuco enviados colonizadores, madeiras, cavalos e carne bovina (Marques, 2019).

A penetração portuguesa nos sertões de Angola e Pernambuco não foi apenas paralela e contemporânea, era parte de um mesmo plano da Coroa, da Igreja e de ações informais empreendidas por diferentes indivíduos. Esses processos geraram conflitos intensos e violentos entre conquistadores europeus e os grupos autóctones daqueles lugares, mas também propiciaram contatos, negociações e interações. Tratando-se da expansão colonizadora em Pernambuco e Angola, observam-se muitos elementos em comum, embora existam também suas especificidades. Desse modo, embora separados pela vastidão do Oceano Atlântico e por extensas faixas de terra dos continentes, os sertões de Pernambuco e de Angola, gradativamente, foram sendo integrados ao Império Português. (Marques, 2019, p. 18).

E a maior marca dessa colonização portuguesa está nas invasões das terras dos povos nativos e na escravidão em Angola, como no Brasil.

Assim como diversos lugares do Brasil, os sertões de Pernambuco também receberam escravos africanos. Uma vez estabelecidos nas diversas fazendas espalhadas pelos sertões, esses escravos, provenientes da África, eram integrados ao cotidiano da vida rural, onde passavam a trabalhar, principalmente na criação de gado vacum e cavalos, nas plantações de algodão, milho, mandioca e feijão, e nos diversos afazeres domésticos. (Marques, 2019, p. 360).

COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM PERNAMBUCO



Fonte: Santos, 2010, p. 66.

Em 2023 foram registradas em Arcoverde as comunidades quilombolas Bacure, Cajueiro, Fundão, Gravata das Varas, Lagoa da Porta, Maria Martins, Mocó, Olhos d'Água, Periperi, Pintada e Serra das Varas.² Pesquisas na documentação histórica evidenciaram essas comunidades negras em Arcoverde e região, com origens nas fugas após a destruição do Quilombo dos Palmares,

[...] percebe-se que partes dos sertões denominados de Ararobá, em Pernambuco, possuíam remanescentes de “negros rebelados dos Palmares”, o que indica que essas pessoas, ao fugirem da destruição do referido quilombo, adentraram muito mais as terras do interior de Pernambuco. Diferentemente dos sertões verdes, de clima úmido, de matas exuberantes e rios caudalosos onde Palmares outrora estava incrustado, o sertão de Ararobá, para onde alguns dos palmarinos e seus descendentes se esconderam, era caracterizado em boa parte por clima quente e seco, solo pedregoso e vegetação de pequeno porte, retorcida e espinhosa (a chamada caatinga). (Marques, 2019, p. 407).

E também nas fugas da escravidão negra no Semiárido,

Contudo, as matas dos sertões mais ao interior de Pernambuco não tinham somente remanescentes de escravos fugidos do antigo quilombo dos Palmares, ou seus descendentes. Como já demonstrado, diversos sítios, fazendas e povoados possuíam trabalhadores escravos em suas terras. Portanto, nesses locais, não seria difícil imaginar que alguns desses cativos conseguissem fugir e se embrenhar pela caatinga à procura de abrigo. Esses escravos fugidos viam nos lugares mais afastados a oportunidade de se esconder dos seus proprietários e das autoridades locais. Possivelmente, alguns desses fugitivos poderiam ter chegado até a formar pequenos quilombos nas caatingas ásperas. (Marques, 2019, p. 407-408).

E sobre as comunidades quilombolas, foi informado em abril de 2020, pela Coordenação Estadual de Articulação Comunidades Quilombolas de Pernambuco:

Pernambuco tem 196 territórios Quilombolas, somando mais de 500 comunidades e uma população aproximada de 250 mil quilombolas e grande parte das comunidades quilombolas vive da agricultura familiar e a outra parte encontra-se impedida de produzir por não ter seus territórios regularizados. Ambas demandam ações mais emergenciais, como a inserção nos programas de renda mínima, distribuição de alimentos e materiais de primeiras necessidades.³

As reflexões sobre as experiências vivenciadas pelos povos indígenas, quilombolas, comunidades negras rurais e ciganas no Semiárido pernambucano são imprescindíveis para a compreensão das atuais mobilizações por conquistas, reconhecimento e garantias de direitos. É necessário pensar essa região a partir das relações desses povos nas diversas formas de convivência com o ambiente onde habitam, em uma perspectiva histórica

² Levantamento de Comunidades Quilombolas.

Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/levantamento-de-comunidades-quilombolas.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

³ <https://cebes.org.br/coordenacao-estadual-de-articulacao-comunidades-quilombolas-de-pernambuco-assina-nota-sobre-o-covid-19/21706/> Acesso em: 20 jan. 2023.

evidenciando as relações de poder, o acesso, os significados e a utilização dos recursos naturais, as diferentes formas de vida e expressões socioculturais nessa região.

Torna-se importante registrar que os ciganos também fazem parte das sociodiversidades, das diferentes formas de organizações sociopolíticas existentes em Arcoverde e região, como é o caso do grupo de ciganos que em maio de 2021, no bairro Cidade Jardim, na cidade de Arcoverde, resistiu à discriminação, ao preconceito e ao racismo institucional, cobrando as necessárias políticas públicas e ações governamentais de garantia ao acesso de benefícios, serviços e direitos.⁴ Infelizmente são poucos os estudos e as informações disponíveis e sequer existe um mapa atualizado sobre os povos ciganos em Pernambuco, o que possibilitaria conhecer melhor os ciganos em Arcoverde e região.

Luizão, um negro transgressor no Semiárido pernambucano

Como citado no início desse texto, a ativista negra e professora norte-americana Bell Hooks (2017) escreveu que somos ensinados/as a pensar ser “natural” a organização da sociedade onde vivemos. A dominação das elites, a pobreza, os racismos, os preconceitos, as discriminações, o machismo... Dizem: “Sempre foi assim”. E mesmo com muita gente contrária, ainda são concepções, discursos e práticas predominantes. Mas nada disso é “natural” e sim uma construção social, humana, histórica, logo passível de mudanças, sendo necessário indivíduos apontando, argumentando, agindo para a urgência das mudanças. E Luizão, Luiz Eloy de Andrade, foi um desses indivíduos.

Nos conhecemos por ocasião de um evento sobre História realizado na Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde - AESA. Estreitamos os laços de amizades e contatos contínuos por *e-mail* e algumas vezes por telefone. Conversamos muito, nas oportunidades em que nos encontramos em Arcoverde, por ocasião de eventos promovidos pela faculdade. No final de novembro de 2013, Luizão informava por *e-mail* da realização da Terceira Marcha Zumbi dos Palmares, em Arcoverde. E para o ano seguinte, estava pensando em uma semana da consciência negra, nos dias 20, 21 e 22, encerrando com a Quarta Marcha Zumbi dos Palmares, em 23 de novembro de 2013. Falava em fazer parcerias junto às escolas estaduais, com ações em novembro da Consciência Negra.

E para a ocasião, Luizão planejava uma programação com show dos Orixás, aula espetáculo, recital de poesias negras, oficina de maracatu, degustação de comida de Santo, oficina de pinturas de guerra em corpos, embelezamento em cabelos crespos, palestras e

⁴ <https://www.arcoverde.pe.gov.br/noticias/5326/cras-cidade-jardim-inicia-trabalho-direcionado-a-povos-ciganos-em-arcoverde>. Acesso em: 20 set. 2023.

debates. E escreveu: “Essa pauta está em aberto”. No mesmo *e-mail* perguntava sobre artigos para nosso próximo livro. “Falou com Bento?” A proposta era organizarmos uma coletânea sobre a temática negra, sendo um dos convidados para contribuir com um texto o José Bento Rosa, então professor de História da África na UFPE, em Recife.

Como Bell Hooks, Luizão ensinou a transgredir as regras sociais naturalizadas, combater os racismos, as discriminações e os preconceitos. Por cerca de 15 anos Luizão organizou a publicação do jornal *Abibiman*, muitas vezes custeando do próprio bolso, recebendo apoio das amigadas, que contribuíam com recursos financeiros e também com textos. O jornal tão longofoi de muita importância para as discussões sobre as temáticas étnico-raciais em Arcoverde e região. Apesar da ênfase na temática negra, o *Abibiman* também publicou artigos sobre a temática indígena. A exemplo dos textos “Portugueses ‘mártires’ e ‘índios’ cruéis?!” (*Abibiman*, abril de 2000, nº 60, p. 4) e “500 anos de luta no Nordeste: os Xukuru do Ororubá” (*Abibiman*, junho de 2001, nº 74, p. 4).

Reconhecido pela luta contra o racismo, além de articular e promover as discussões sobre a temática e enfatizar as expressões socioculturais negras, Luizão organizou, escreveu e publicou quatro livros sobre o assunto. Luizão, portanto, na trajetória de ativista contra o racismo foi um transgressor, um idealista, um sonhador, um visionário que plantou sementes germinando na consolidação das discussões sobre a temática racial em Arcoverde e região, no interior longe da capital Recife. O que foi bastante significativo. Sementes germinadas na participação em eventos, na formação de novos ativistas, na continuidade das ações promovidas pela Associação de Resgate Histórico e Cultural dos Afrodescendentes - ARHCA, como anualmente ocorre em novembro a Marcha Zumbi dos Palmares.

Sociodiversidades e Educação para as Relações Étnico-Raciais

A mestiçagem, como a forma mais fácil para explicar o Brasil, a partir de grandes narrativas e mitografias baseadas na ideia do encontro das “três raças”, omite, ignora e nega os racismos, as violências e as desigualdades sociais e históricas, afirmando o extermínio dos indígenas, legitimando a escravidão negra e ressaltando equivocadamente uma suposta continuidade harmoniosa da superioridade da colonização portuguesa; desconsiderando o protagonismo dos indígenas, negros, ciganos e empobrecidos. Esses são citados por meio de visões românticas, exóticas ou folclorizadas, quando interessa às elites exaltar a “cultura” para deslumbramento, deleite e apenas consumo cosmético, sem discutir as relações de poder e as diferentes expressões socioculturais.

Mesmo com muitos questionamentos, as expressões “índio” ou ainda “indígena”, por remeterem a equívocos históricos e também a generalizações, vêm sendo usadas por esses próprios atores para se definirem como indivíduo, coletividades e também agentes sociopolítico, como escreveu Gersem dos Santos Luciano, indígena Baniwa:

Com o surgimento do movimento indígena organizado, a partir da década de 1970, os povos indígenas do Brasil chegaram à conclusão de que era importante manter, aceitar e promover a denominação genérica de índio ou indígena, como uma identidade que une, articula, visibiliza e fortalece todos os povos originários do atual território brasileiro e, principalmente, para demarcar a fronteira étnica e identitária entre eles, enquanto habitantes nativos e originários dessas terras, e aqueles com procedência de outros continentes, como os europeus, os africanos e os asiáticos. A partir disso, o sentido pejorativo de índio foi sendo mudado para outro positivo de identidade multiétnica de todos os povos nativos do continente. De pejorativo passou a uma marca identitária capaz de unir povos historicamente distintos e rivais na luta por direitos e interesses comuns. (Luciano, 2006, p. 30-31).

Para esse reconhecido intelectual e ativista indígena, com muitos textos e livros publicados, uma intensa atuação nas discussões sobre a temática indígena, doutorado em Antropologia, foi professor na Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e atualmente na Universidade de Brasília (UnB), as expressões “índio” ou “indígena” são nomeações que, dependendo de quem usa e o sentido da utilização, possuem um importante significado sociopolítico, expressando sociodiversidades, com a reivindicação de direitos específicos.

As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e o Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE nº 14/2015, determinando a inclusão no currículo escolar da história afro-brasileira e da história e culturas indígenas, fazem parte de um conjunto de mudanças provocadas pela organização da sociedade civil e dos movimentos sociais em nosso país, organização que já tinha reivindicado o fim da Ditadura Civil-Militar e uma nova ordem democrática, resultando na convocação da Assembleia Nacional Constituinte e na elaboração e promulgação da Constituição Federal em 1988, a nomeada Constituição Cidadã.

Após 23, 18 e 11 anos, respectivamente, de publicação dos referidos documentos (Lei nº 10.639/2003, Lei nº 11.645/2008 e Parecer CNE nº 14/2015), continuam ocorrendo muitos entraves para a efetivação da referida legislação, como o racismo institucional, as lacunas das citadas temáticas, principalmente a indígena nos cursos de Licenciatura e de Pedagogia. Com os poucos investimentos na formação continuada de professores/as na Educação Básica, a inadequação do livro didático, a ausência de subsídios específicos em acervos nos centros de Ensino Superior e, ainda, nas bibliotecas escolares, superar esses entraves significa contribuir para o enfrentamento e superação dos racismos, além de

questionar visões colonizadoras, ufanismos e concepções deterministas sobre o lugar e os protagonismos sociopolíticos dos povos indígenas na História do Brasil.

Uma importante questão diz respeito aos territórios habitados pelos povos indígenas, territórios compostos por aldeias, essas que são unidades nos territórios, sendo questionado ainda o sentido da denominação “índio desaldeado”. O Censo 2022 do IBGE registrou mais da metade da população indígena habitando em contextos urbanos, afóra as capitais como Boa Vista, Manaus, Belém, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, em cidades de médio e pequeno porte, vizinhas às aldeias/territórios indígenas. Dessa forma, questionando uma das concepções mais arraigadas ao pensarmos os indígenas no Brasil: as intrínsecas relações com a floresta, o campo, o mundo rural onde está localizada a maioria das aldeias/territórios indígenas.

Com mais da metade dos indígenas no país urbanizados, não significa necessariamente que estão habitando as cidades, mas também muitas delas avançam sobre os territórios indígenas (IBGE, 2022). Historicamente, os deslocamentos dos indígenas para as cidades ocorrem por migração forçada em razão de conflitos, perseguições com violentas expulsões de suas terras e pela busca de melhores condições de vida, tendo em vista, por exemplo, as condições ambientais, como é o caso da região Nordeste, enfrentando períodos de longa estiagem, provocando o êxodo de moradores do campo para a cidade.

O Censo de 2022 também contabilizou que dentre os 106.646 indivíduos autodeclarados indígenas em Pernambuco, 72.320 habitam locais “fora de terras indígenas”, sendo 2.656 no Recife e Região Metropolitana (IBGE, 2022). Os números citados, além de questionarem visões corriqueiras sobre os lugares de habitação dos indígenas, evidenciam um “incômodo” para as autoridades governamentais: como lidar e atender às reivindicações desses indígenas residentes nos ambientes urbanos? Para o poder público, a primeira questão trata-se de atribuir uma classificação para esses indígenas: “índios na cidade”, “índios urbanos” ou “índios desaldeados” (Nunes, 2010), sendo a categoria “desaldeados” considerada uma expressão pejorativa, discriminatória e, por essa razão, bastante criticada pelos indígenas.

A presença dos indígenas no universo urbano, por um lado, denuncia a falência das políticas indigenistas oficiais em não demarcar as terras indígenas, o que em muito mitigaria os deslocamentos para as cidades; por outro lado, essa questão vem se constituindo um desafio para os estudos e as pesquisas sobre a temática indígena, exigindo esforços teóricos na busca da compreensão sobre os indígenas se reinventando em um novo

ambiente. Contribuindo para as reflexões sobre essa questão, surgem, por exemplo, estudos no âmbito da Educação, atendendo às exigências da Lei nº 11.645/2008, para subsidiar políticas públicas e contemplando as reivindicações nativas, e ainda contribuindo na superação de desinformações, estereótipos e preconceitos contra os indígenas.

O artigo 242 da Constituição Federal 1988 afirma, em seu parágrafo 1º: “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.” A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDBEN (Lei nº 9.394/1996), no artigo 26-A reforçou o citado na Carta Magna, e em 2003, após discussões no Congresso, foi promulgada a Lei nº 10.639, determinando no currículo da Educação Básica a obrigatoriedade de inclusão da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A referida Lei resultou das várias reivindicações do Movimento Negro para uma educação antirracista, com o reconhecimento da diversidade etnorracial nos currículos e no ensino escolar (Gomes, 2008). Com a criação da Secretaria de Educação a Distância, Alfabetização e Diversidade (Secad) em 2004, no âmbito do Ministério da Educação - MEC, em articulação com os movimentos sociais, foram pensados e executados programas para o reconhecimento e a valorização das diversidades socioculturais.

Nesse contexto, ocorreram as discussões no Congresso Nacional, resultando na Lei nº 11.645/2008. A então Deputada Federal pelo PT/SP, Mariângela de Araújo Gama Duarte – licenciada em Letras, com Mestrado em Teoria Literária, ex-professora na Educação Básica na rede estadual de ensino na Baixada Santista, SP, docente na Universidade Católica de Santos (UniSantos) e líder sindical, em 2003 – dois meses após a promulgação da Lei nº 10.639, apresentou um Projeto de Lei para também incluir a temática indígena nos currículos escolares. A proposta foi encaminhada para discussão e votação nas várias comissões da Câmara dos Deputados, sendo aprovada, após muitos debates, em agosto de 2005, e em outubro daquele ano, enviada ao Senado.

Após tramitar nas comissões, no início de dezembro de 2007, o Projeto foi posto em votação no plenário pela Mesa Diretora, aprovado por unanimidade pelos senadores, assim como também ocorreu na segunda votação com a redação final, em fevereiro de 2008. Encaminhado à Secretaria da Presidência da República, foi sancionado sem vetos pelo então presidente Lula, em 10 de março de 2008 (Fanelli, 2018). Sendo importante pontuar aqui duas questões: o longo período de tramitação da proposta e a ausência dos indígenas ou de organizações indígenas durante as discussões para elaboração da Lei nº 11.645/2008.

Em 18 de abril de 2016, o Diário Oficial da União publicou as “Diretrizes

Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008”, com o Parecer CNE nº 14/2015 e o despacho do ministro da educação (Brasil, 2016). O documento de 11 páginas, após ser apresentado pela conselheira e relatora, a indígena potiguara (CE) Rita Gomes do Nascimento (Rita Potiguara), fora aprovado por unanimidade pelo CNE, na Câmara de Educação Básica - CEB, em 11 de novembro de 2015. Na introdução do referido Parecer, foi citado que o mesmo resultou de várias provocações ao CNE sobre a efetivação da Lei nº 11.645/2008:

Cabe assinalar, ainda, a participação do CNE nos diversos fóruns de educação nos quais foi convidado para debater e apresentar proposições sobre o tratamento da temática no âmbito da Educação Básica e da Educação Superior, ao longo desses sete anos de existência da Lei nº 11.645/2008. Finalmente, merece destaque o interesse de diferentes atores sociais, tais como professores, gestores educacionais e operadores do direito que, por meio de consultas e outras iniciativas, têm provocado o CNE a se manifestar sobre a matéria. Nesse sentido, o presente Parecer dá encaminhamento aos resultados dos estudos já realizados até então, com a intenção de responder a essas constantes solicitações. (Brasil, 2016, p. 1-2).

Com o golpe do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e assumindo o vice-presidente Michel Temer, foi nomeado outro ministro da educação. No tumultuado contexto sociopolítico da época e com as mudanças ocorridas no MEC, as “Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008” não foram amplamente divulgadas, sendo por essa razão desconhecidas por muitos pesquisadores, docentes e gestores da educação. Se a Lei nº 11.645/2008 enfrentava vários entraves para efetivação, a não divulgação das “Diretrizes Operacionais...” contribui muito mais para a visão de menor importância sobre o ensino da temática indígena.

Embora,

O reconhecimento do direito à diversidade étnica e cultural como princípio constitucional exige, por sua vez, o conhecimento, por meio de informações corretas e atualizadas, sobre os povos indígenas, seus modos de vida, suas visões de mundo, seus saberes e práticas, suas línguas, suas histórias e suas lutas políticas. Assim, esse reconhecimento também exige a compreensão da diversidade étnica e cultural existente no Brasil, desde os tempos da colonização até os dias atuais, bem como da viabilidade de outras ordens sociais e arranjos societários. (Brasil, 2016, p. 8).

Pensar as sociodiversidades no Brasil e a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER),

É uma orientação que exige o entendimento dos processos de construção social de desigualdade e assimetrias como produtos históricos de dinâmicas de interações sociais contemporâneas que transformam diferenças em desigual-

dades. Por outro lado, orienta para a percepção de que os conceitos de Estado-Nação e de identidade nacional foram construídos a partir de uma etnia, raça, cultura, língua e religião, invisibilizando diversos povos e culturas, o que requer uma compreensão de que o ensino da história brasileira tem sido historicamente eurocêntrico, ignorando processos, personagens e histórias indígenas e afro-brasileiras. Esse entendimento, conduz à compreensão do preconceito como produto de comportamento apreendido no grupo social do qual se faz parte e a partir de ideias e de valores que o dominam, exigindo o combate ao preconceito, à discriminação, à intolerância, ao racismo e ao sectarismo que impedem uma atitude de compreensão e de respeito ao outro, ontologicamente concebido. Tudo isto é essencial para a compreensão do processo histórico que originou a sociedade brasileira e para o qual o reconhecimento atual da diversidade como valor maior dessa sociedade pluricultural e pluriétnica, estimulando um convívio mais fraternal na diferença, marcado por respeito e por solidariedade. (Brasil, 2016, p. 8-9).

Por fim, é importante ressaltar que, nas discussões sobre os povos indígenas, os negros, os quilombolas, os povos ciganos, na Educação para as Relações Étnico-Raciais é fundamental observar “as armadilhas da identidade”, para não desconsiderar os contextos das relações sociopolíticas mais amplas; ou seja, os debates sobre a identidade, contra o racismo e preconceitos devem necessariamente estar conectados com projetos coletivos para mudanças sociais, pois,

O paradigma da identidade reduz a política a quem você é como indivíduo e a ganhar reconhecimento como indivíduo, em vez de ser baseada no seu pertencimento a uma coletividade e na luta coletiva contra uma estrutura social opressora. Como resultado, a política identitária paradoxalmente acaba reforçando as próprias normas que se propõe a criticar. (Haider, 2019, p. 49-50).

Os racismos estão de forma intrínseca sintonizados com a dominação política de grupos hegemônicos em uma sociedade de classes sociais. Nessa perspectiva, as mobilizações identitárias devem sempre ocorrer em conexão com as mobilizações de todos os grupos buscando as transformações sociais, a superação das relações de dominação, exploração e negação dos direitos, para o pleno reconhecimento das sociodiversidades, a equidade e a vida digna de todos os subalternos na atualidade.

Transformando os brancos, superando os racismos, mudando a sociedade

Ser branco, homem, de “família tradicional”, com posses, é privilégio em uma sociedade pratriarcal, elitista e racista como em Arcoverde e região, e em todo o país. E foi nesse contexto onde Luizão atuou, como transgressor de regras estabelecidas e da dominação naturalizada, ao “incomodar” os/as privilegiados/as, afirmando a identidade diferenciada, reivindicando respeito às sociodiversidades nas relações étnico-raciais.

Em uma sociedade, que como escreveu a ativista, professora, intelectual negra de origens empobrecidas e família numerosa Lélia Gonzalez, tem um lugar para o negro:

Outro grande escoadouro da mão-de-obra barata foi a prestação de serviço. Também ali encontramos o trabalhador negro fortemente representado, sobretudo em atividades menos qualificadas, tais como limpeza urbana, serviços domésticos, correios, segurança, transportes urbanos, etc. (Gonzalez, 1982, p. 14).

E como cantou Elza Soares, negra de origens empobrecidas, “A carne mais barata do mercado é a carne negra. (Só cego não vê)”:

De algum antepassado da cor Brigar
sutilmente por respeito
Brigar bravamente por respeito
Brigar por justiça e por respeito (pode acreditar)

Luizão foi um transgressor quando evidenciou os indivíduos anônimos, a “gente sem importância”, os/as tantos/as “endemoniados/as” e “zumbis” vagando pelas ruas de Arcoverde, sem nomes, mas com conhecida cor da pele e com fome. Fome de comida, de respeito, acolhida, afeto, dignidade, resultado dos abismos provocados pelas injustiças e desigualdades sociais, em uma cidade com “ares de metrópole”. A atuação de Luizão é o seu legado para transformar os brancos, superando os racismos, provocando mudanças na sociedade.

Com muita surpresa e bastante tristeza recebi a notícia do falecimento de Luizão em outubro de 2015. Lamentando a partida precoce de um grande companheiro de caminhada, afirmando as sociodiversidades, nesse breve texto registro as lembranças e sinceras homenagens. Luizão, presente!

Referências

- ALMEIDA, Sílvio. O que é racismo estrutural. Belo Horizonte: Letramento, 2018. BRASIL. Ministério Público Federal. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. Coletânea de artigos: povos ciganos: direitos e instrumentos para sua defesa. Brasília: MPF, 2020.
- BRASIL. Diretrizes operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na educação básica, em decorrência da Lei n.º 11.645/2008. Parecer CNE/CEB n.º 14/2015. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, p. 43, 18 abr. 2016. BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2011, p.185-227.
- FANELLI, Giovana de Cássia R. A Lei 11.645/08: história, movimentos sociais e mudança curricular. São Paulo: PUC-SP, 2018. (Dissertação Mestrado em Educação).
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- HAIDER. Asad. Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019.
- HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes. 2017.

- GOMES, Nilma Lino. Diversidade e currículo. In: BEAUCHAMP, Janete; PAGEL, Sandra D.; NASCIMENTO, Aracélia R. do (orgs.). Indagações sobre currículo. Brasília: MEC, 2008. p. 17-47.
- MARQUES, Alexandre Bittencourt Leite. No “coração das terras”: os sertões da Capitania de Pernambuco e do Reino de Angola: representações, conexões e trânsitos culturais no Império Português (1750-1808). Portugal: Universidade de Évora, 2019. (Tese Doutorado em História).
- MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- NUNES, Eduardo Soares. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2010.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
- OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.
- SANTOS, Maria Pricila Miranda dos. A Comunidade de Castainho: uma contribuição aos estudos geográficos de remanescentes de quilombos em Garanhuns, Pernambuco. Recife: UFPE, 2010. (Dissertação Mestrado em Geografia)
- SILVA, Edson. Os índios na História e a História Ambiental no Semiárido Pernambucano, Nordeste do Brasil. Revista Mutirão, v. II, nº II, 2021, p. 87-104.
- SILVA, Edson. Povos indígenas e educação para as relações étnico-raciais. In: SILVA, Ana Cláudia Rodrigues da; REIS, Maria da Conceição dos (orgs.). As práticas educativas da formação e ação de grupos étnico-raciais. Recife: Editora da UFPE, 2021, p. 54-64. SILVA, Edson; SILVA, Maria da P. da. (orgs.). A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008. 3. ed. Recife: Ed. UFPE, 2020. p. 52-7.